

# A pergunta que irritou o presidente

19 FEV 1995

William França

O que está por trás daquela pergunta sobre o que faria o cidadão Fernando Henrique Cardoso se tivesse que viver com um salário mínimo por mês? Aquele dinheirinho que é uma triste realidade vivida de perto por milhões de trabalhadores e aposentados?

Desde quinta-feira, esta é mais uma daquelas polêmicas surgidas na imprensa que muitas vezes a correria dos jornais diários acaba por não explicar claramente em sua reportagens.

Houve afronta ao cargo do presidente da República? Foi inoportuna a questão? Foi, de fato, uma demagogia? Ou foi uma questão engraçadinha, pura e simplesmente, para movimentar a morna entrevista coletiva?

Não foi nenhum desses pontos que me levou a fazer a pergunta a FHC. Foi simplesmente a chance de fazer o que muitos brasileiros queriam ter feito há muito tempo: questionar uma autoridade.

A reação à pergunta deixou claro um ponto: o presidente da República, há muito tempo, não está acostumado a ser confrontado com perguntas simples, sobre aqueles temas que a maior parte da população convive, entende e quer saber. Nada de médias históricas ou tabelas comparativas.

A pergunta só provocou reações porque não foi feita da forma "tradicionalmente clássica", ou seja, das maneiras convencionais, onde não

**“Faria o mesmo que você. Ficaria desesperado. Este é o tipo da pergunta demagógica. O salário mínimo é insuportável, inaceitável, revoltante, uma vergonha. É por isso que temos que ser sérios e não engraçadinhos”**

Fernando Henrique Cardoso  
Presidente da República, 16 de fevereiro de 1995.

se desafiam poderes.

Ela se enquadrou muito mais no que definiu num debate Jorge Lanata, diretor de redação do jornal argentino *Página 12*: “O único poder do jornalista é o poder da dúvida”.

Duvidou-se da capacidade de um presidente da República sobreviver com apenas R\$ 70. Duvidou-se, e o poder da dúvida levou o presidente Fernando Henrique Cardoso — sempre calmo e cortês — a perder a fleuma britânica.

Passado o momento da entrevista, agora tenho uma convicção: ele estava cheio de certezas, faltaram-lhe as dúvidas. A pergunta nasceu na rua e mostrou à população a diferença entre o discurso e a prática dos políticos. Se o jornalismo tem alguma função educativa, essa função foi exercida.

FHC falou durante 35 minutos sobre o que quis na primeira parte da entrevista. A ninguém coube intervir ou contestar. O presidente desenvolveu, de forma estudada, os argumentos para justificar suas propostas de reforma na Constituição.

Na segunda parte da entrevista, quando os jornalistas tiveram a chance de questioná-lo — tirando algumas exceções — o que se fez foi dar a oportunidade de o presidente continuar dono da razão.

Foram feitas perguntas que mais pareciam extraídas do seu programa de governo. Num comparação mais prática, demos a FHC a chance de, mais uma vez, mostrar o que pretende fazer nos quatro anos de mandato — o que ele havia feito em pelo menos três outras ocasiões

preparadas especialmente para isso, desde que foi eleito.

O presidente ficou durante 19 perguntas como o dono da situação. Chutou o tempo todo para um gol sem zagueiros e sem goleiro. Somou todos os pontos possíveis.

Na 20ª e última pergunta, 1h45 depois de começar a falar, em nada lhe pareceu que haveria uma surpresa. Nada havia indicado isso. A minha pergunta — afirmo, simples — foi como um puxão no tapete. O presidente, que estava acomodado na poltrona, reagiu de sobressalto.

Confesso que não esperava a reação que o presidente teve. Mas não me cabe aqui discutir se o presidente foi correto ao ser ríspido ou infeliz ao não responder a contento pela primeira vez, devolvendo-me a pergunta. Na segunda intervenção, já refeito do choque, ele até se explicou.

Digo que é difícil se sentir à vontade diante das câmeras, luzes e microfones. Ainda mais, sabendo que qualquer reação minha estaria sendo vista por todo o país. Garanto que é quase impossível pensar com lógica e articulação em um momento como esse.

Em frações de segundo tive de consultar o que existe de ético na minha formação profissional e o que tenho de caráter pessoal para decidir: enfrentava o presidente da República e lhe respondia à altura que o momento exigia, ou me calava, deixando que ele ficasse com o ônus da destemperança. Acho que acertei ao optar pela segunda.

Como sempre acontece nessas

situações, nas redações — inclusive na que trabalho — foi discutida a oportunidade ou não da minha pergunta. O questionamento faz parte da profissão e hoje estou convicto de que a questão não foi impertinente.

Se o repórter não perguntar o que interessa na prática à população, por que então trabalha numa empresa de comunicação que se destina a informar? Se não for para fugir do oficial, não há sentido. O resto, o governo se encarrega de divulgar.

Vale a pena lembrar que não há tanta impropriedade assim na pergunta feita a Fernando Henrique. Até porque ele foi um dos parlamentares que não só propuseram como lutaram para que fosse aprovada na Constituição a definição de salário mínimo.

De acordo com o então senador FHC, os R\$ 70 deveriam atender às necessidades vitais básicas de um trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Chamaram a isso de “salário real”.

Por fim, de novo a missão da dúvida: o presidente Fernando Henrique Cardoso teria hoje a capacidade de convencer alguém, até mesmo o cidadão FHC, de que os R\$ 70 cumprem aquela missão constitucional? Pelo que ouvi nesses dois dias, acredito que não.

■ William França é repórter da *Folha de S. Paulo* em Brasília.